

## **As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola**

Dagoberto José **Fonseca**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

[dagobertojose@gmail.com](mailto:dagobertojose@gmail.com)

### **Resumo:**

A língua portuguesa era uma língua falada pela população de assimilados que estava situada próxima à costa atlântica, especialmente em Luanda. Sendo a língua materna e nacional para muitos daqueles que estiveram à frente do processo independentista e constituíram o MPLA na década de 1950. E que ao terem saído de Angola na juventude para estudarem em Portugal não tiveram a oportunidade de conhecerem os amplos e complexos rincões culturais, sociais, políticos e filosóficos tradicionais presentes nas diversas etnias do país. Eles foram formados a partir da ideologia e da literatura marxista-leninista e procuraram efetiva-la no momento posterior a independência em 1975, sem, contudo, estabelecerem uma relação crítica e de oposição a língua portuguesa, posto que a viam como a língua que patrocinava o intercâmbio entre todos os angolanos e, ainda, não gerava a valorização de uma língua em detrimento de outra nativa. A língua portuguesa foi apropriada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado em 1975. Daí que se constata que esta língua convive com as demais línguas nacionais em nítida concorrência. Ela se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música. Ela hierarquiza grupos e indivíduos que estão em particular na cidade de Luanda. O português organiza e estrutura o grande mercado de bens materiais e simbólicos em Luanda e no restante do país, mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, pois não é a língua do candongueiro e das zungueiras.

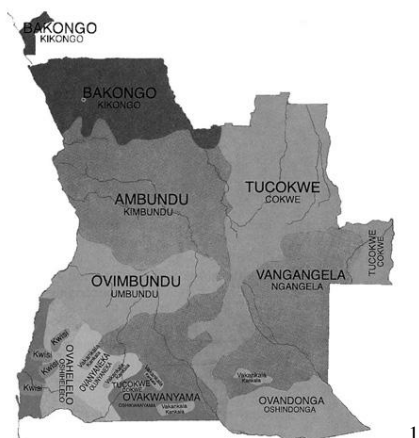
Palavras chave: língua portuguesa; Angola; línguas nacionais; líderes independentistas; assimilados.

## **As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola**

Ao longo de todo o processo de luta pela independência de Angola, já na estruturação dos primeiros artífices deste processo na última década do século XIX, o que constatamos era que havia homens que pensavam, escreviam, enfim se expressavam na língua portuguesa o seu descontentamento com a situação colonial vivida pela população angolana. Eles se manifestavam via escrita mesmo sabendo que a maioria do país não lia o que estava escrito, mesmo em Luanda era uma pequena minoria que lia o português. No território angolano até mesmo, naquele período, muitas pessoas jamais tinham ouvido alguém falar em português, pois estavam nas regiões mais distantes da capital (Luanda).

Vale frisar que Angola é um país diversificado, com uma população tão plural e com tantas demandas sociais oriundas do período em que era colônia de Portugal e que passou por uma intensa guerra civil, mas hoje busca se afirmar enquanto uma nação democrática e com desenvolvimento econômico. A pluralidade e diversidade existentes em Angola estão retratadas particularmente nas línguas faladas e que estão situadas e representadas também em Luanda. O livro *Angola em Paz: novos desafios*, organizado por José Mena Abrantes (2005), informa que há seis línguas vernáculas de raiz bantu (Kikongo, kimbundo, tehokwe, umbundo, mbunda, kwanyama). Todavia no mapa abaixo do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola se constata outras línguas, além daquelas apontadas por Abrantes (2005).

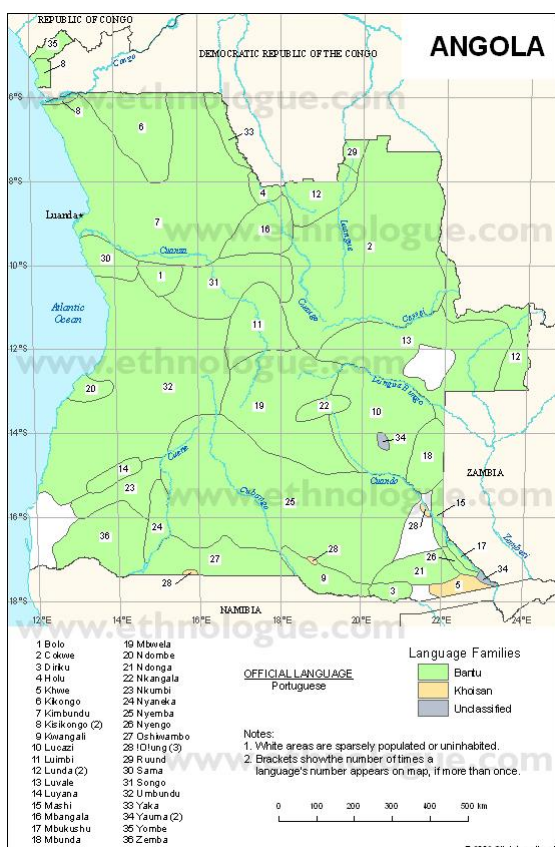
Mapa Etnolinguístico de Angola (*adaptado*)



1

Entretanto há, ainda, as variantes lingüísticas presentes no território angolano. Neste particular, antropólogos e lingüistas trabalham com a hipótese de haver aproximadamente 36 línguas em Angola como busca demonstrar o mapa abaixo.

### Languages of Angola



2

<sup>1</sup> Disponível em: Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola. *Mapa Etnolingüístico de Angola* (adaptado) apud Fernandes, J.; Ntongo, Z. *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila, 2002. p.57. Versão on line – acesso: <[http://www.triplov.com/letras/americo\\_correia\\_oliveira/literatura\\_angolana/anexo3.htm](http://www.triplov.com/letras/americo_correia_oliveira/literatura_angolana/anexo3.htm)>. Data: 10/05/2012.

Os mapas e as afirmações neles contidas apontam que há, ainda, muitas considerações e estudos referentes às línguas presentes no território angolano. Neste quadro constatamos que a língua portuguesa era uma língua falada pela população de assimilados que estava situada próxima à costa atlântica, especialmente em Luanda. Era a língua materna e nacional de muitos combatentes que lutaram na constituição da independência do país e que eram lideranças do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na década de 1950.

Muitos daqueles que se tornaram combatentes e lideranças do MPLA estudaram na juventude em Portugal, no entanto não tiveram a oportunidade de conhecer os amplos e complexos rincões culturais, sociais, políticos, filosóficos e linguísticos tradicionais das diversas etnias do país, como nos informa Manuel Jorge (1998). Neste sentido, não tiveram contato com as línguas autóctones de Angola. De outro lado, em Portugal, tiveram contato maior com língua portuguesa, com a ideologia e a literatura marxista-leninista via Partido Comunista Português (PCP) e movimento sindical luso. De posse desta bagagem político-cultural procuraram efetivar no momento posterior a independência, em 1975, uma relação crítica e valorativa frente à língua portuguesa, posto que a via como a língua que patrocinava o intercâmbio entre todos os angolanos e, ainda, não gerava a positividade de uma língua nativa em detrimento de outra.

Salienta-se que a língua portuguesa constituída pelos líderes independentistas, não foi exclusiva de Angola, mas de todos os países africanos independentes (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) de Portugal na década de 1970. Os líderes consideravam que a diversidade lingüística de seus países não propiciava o nascimento de uma nação coesa política e culturalmente e que pudesse dialogar com o mundo, dentro e fora da África, sobretudo porque a partir da independência teriam que dialogar com diversas organizações internacionais e diferentes Estados. Deste modo viram a limitação que qualquer língua nativa estaria impondo futuramente frente à realidade internacional em que estavam sendo inseridos.

Entretanto, o que se constata é que a maioria dos líderes independentistas angolanos do MPLA conhecia apenas a língua kimbundu e a portuguesa. Muitos destes tinham o português a sua língua nacional e a consideraram como uma língua abstrata e sem base cultural que pudesse interferir político-ideologicamente nos rumos do país e,

---

<sup>2</sup> Disponível em: Lewis, M. Paul (ed.), 2009. *Ethnologue: Languages of the World, Sixteenth edition*. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <<http://www.ethnologue.com/>> Acesso: 09/05/2012

ainda, a concebia como uma língua administrativa, burocrática e gerencial do Estado Angolano.

A língua portuguesa foi apropriada pelos líderes independentistas angolanos como a língua oficial do novo Estado. Assim, ela convive com as demais línguas nacionais e étnicas em nítida concorrência. No entanto, ela se afirma cotidianamente nos altos escalões do governo e da burocracia, mas também na literatura e na música, portanto no imaginário sociocultural e na realidade concreta como uma língua de prestígio e que hierarquiza grupos, segmentos e indivíduos, particularmente porque ela está associada ao mercado de bens materiais e simbólicos e que define o lugar que o indivíduo, grupo ou segmento social ocupa na estrutura e no cotidiano angolano. A língua portuguesa organiza e estrutura a vida administrativa e gerencial em Luanda e no restante do país, mas não é a língua que monopoliza o mercado das ruas, na medida em que não é a língua do candongueiro<sup>3</sup> e das zungueiras.<sup>4</sup>

Segundo o sociólogo António Santana<sup>5</sup> há desvantagens políticas no uso da língua portuguesa, sobretudo no contexto nacional, pois quando se faz o comunicado, por exemplo,

do mais alto mandatário para a nação, tê-lo que fazer em português e, portanto, nem sempre a sua mensagem é captada pela maioria da nação, já que a maioria da população não entende o português tal como é veiculado pelo presidente. A maioria da população entende o português das ruas - o calão. Também uma desvantagem pelo fato das populações não poderem acompanhar o debate político. A população portanto não tem o acesso a informação da maneira que deveria ser desejada, da maneira que deveria ser informada. Porque, embora muitos entendam o português, mas não entende o português pelo discurso que é veiculado pelos políticos. Então isso cria uma certa distância entre a população e os próprios políticos.

Agora, a vantagem que há nisso é que, logicamente, falando o português o universo de indivíduos que vão captar a mensagem é maior do que se tivesse a falar em Umbundu ou Kimbundu. Alguns líderes que passaram cá em Angola expressam-se nas suas línguas nacionais, mas só o fazem quando vão em regiões onde se fala essa língua. Porque não pode ir para o Kwanza-norte, ou para Malanje, ou para Luanda, ou para o Bengo, e falar em Umbundu, pois se vai falar vai atingir apenas uma centena de pessoas. E vão até entender isso como uma falta de respeito, é uma agressão. Vem aqui falar com a gente e se põe a falar uma língua que não se fala aqui, no mínimo tem que se falar a língua daqui. A minoria tem que se submeter à maioria, agora falar outra língua não,

---

<sup>3</sup> Motorista e auxiliar de microônibus ou 'van' que prestam serviços de transportes públicos em Luanda.

<sup>4</sup> Mulheres que vendem seus produtos nas ruas e vielas de Luanda, geralmente expõem seus produtos nas calçadas.

<sup>5</sup> Entrevista concedida em maio de 2008 in **Fonseca, Dagoberto José**. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008.

se calhar numa próxima vez não encontra mais ninguém na praça para ouvir o seu discurso. Então essa é uma vantagem do português, que tem um número elevado de pessoas que pode entender.

O olhar ocidental-europeu e dos dirigentes políticos independentistas angolanos, mas também de outras nações africanas, após a década de 1960,

procuraram impor a escrita às populações do interior dos seus países. Essas que eram compostas de diversas etnias, com suas tradições culturais e línguas. A tradição oral africana tem sido concebida equivocada e ideologicamente como a que transformou a África em um continente de analfabetos, iletrados e que tem mantido (Fonseca, 2008, p. 44).

Nessa condição perante a metrópole conquistadora, essa concepção introduzida pelos dirigentes e líderes independentistas acerca da valorização da língua portuguesa em detrimento das étnicas se revela uma estratégia de introjeção de valores socioculturais ocidentais-europeus, quando Samora Machel, por exemplo, líder e primeiro Presidente de Moçambique independente, em 1975, diz: “*é preciso matar a tribo para construir a nação*” (Fry, P., 2001, p. 14).

Para a realidade sociocultural angolana não é muito diferente quando se constata que, segundo os dados estatísticos estimados de 2003, há em Angola cerca de 55%<sup>6</sup> de pessoas que não usam a leitura, a escrita em língua portuguesa para se comunicar, sendo concebido como analfabeto pela lógica oficial do Estado Angolano.

O que se verifica é que os líderes independentistas angolanos conseguiram ser mais eficazes e contundentes em transmitir a língua oficial portuguesa em diversos rincões e grotões étnicos do país em 37 anos mais do que o fez o conquistador português em cerca de 500 anos.

Tanto que em Angola aproximadamente 42% das crianças com menos de 9 anos tem o português como sua língua nacional; 34% daqueles que tem idade entre 10 e 19 anos; 18% dos que tem entre 20 a 29 anos, e 10% naqueles que possuem mais de 40 anos de idade tem nessa a sua língua de intercâmbio cotidiano. Assim, constata-se que é comum observarmos que jovens kaluandas (naturais étnicos de Luanda) não conhecem nenhuma das línguas nativas de Angola, nem mesmo a sua - o Kimbundu (Fonseca, 2008, p. 48).

Esta situação vivenciada pela língua portuguesa em Angola também é abordada pelo Diretor Geral do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da

---

<sup>6</sup> Dados fornecidos pela Revista Angola Hoje. Publicação da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Março/Junho, 2003, p. 19). Vale ressaltar que a FESA é a fundação que tem como patrocinador o Presidente da República de Angola, o Engenheiro José Eduardo dos Santos.

Educação (INIDE) do Ministério da Educação, o Prof. Dr. Davi de Leonardo Chivela, que considera esta uma das mais expressivas da realidade lingüística angolana, particularmente por ser ele o atual diretor geral do INIDE, órgão que tem “*a responsabilidade produzir, elaborar, conceber, materiais didáticos para o sistema de ensino não-universitário; quer dizer todos os materiais de ensino para os professores, para os alunos, que estão nas escolas do ensino não-universitário é produzido por técnicos dessa instituição*”.<sup>7</sup> Diz o Dr. Chivela<sup>8</sup> a respeito de ser ou não falante de uma das línguas nativas d’Angola.

Bem, mesmo o umbundu eu não falo perfeitamente, porque eu tive a felicidade e infelizmente de nascer na cidade de Lobito. A cidade de Lobito, em termos geográficos é uma cidade de litoral, e quase todas as cidades de litoral não tem o perfeito domínio da língua que se fala na região. Percebo bastante a língua umbundu porque os meus pais, que falavam enquanto estiveram em vida, então deu para perceber bastante o umbundu. Mas em termos de falar, falo pouco, percebo mais que falar. Não domino quase outras línguas, uma ou outra palavra de outras línguas do kimbundu e de outras línguas, vou percebendo por causa do convívio que eu vou tendo. A minha esposa, embora seja da região kimbundu e de Luanda, também vai falando algumas coisas e dá para ir percebendo algumas palavras da língua kimbundu.

Verificamos também que o lingüista e atual reitor da Universidade Técnica de Angola (UTANG), o Dr. Victorino Reis somente é falante de sua língua étnica natal. Ele diz:

Sou falante do Kicongo apenas. Posso ler e escrever, mas não tenho a prática. Já existe todo o sistema gráfico em Kicongo em Angola. Este é um problema geral das oficialmente chamadas línguas nacionais. É geral porque nessas línguas já existe escrita há bastante tempo, até porque os mais velhos lêem a Bíblia escrita em Kicongo; mas o nosso Instituto de Línguas Nacionais ainda está para aprovar alfabetos dessas línguas. Quer dizer que aparentemente existe sistema de escrita, mas não é um sistema ainda suficientemente consolidado. Então continuamos nessa situação de consolidação da escrita dessas línguas. E a situação é praticamente a mesma para todas as línguas nacionais. Mas, de modo geral, podemos dizer que a escrita é utilizada, embora não em larga escala”.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Davi de Leonardo Chivela, em maio de 2008, in Fonseca, Dagoberto José. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008, p. 44, mimeo.

<sup>8</sup> Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Davi de Leonardo Chivela, em maio de 2008, in Fonseca, Dagoberto José. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008, p. 84, mimeo.

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo Dr. Victorino Reis, em maio de 2008, in Fonseca, Dagoberto José. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de

A partir desta realidade sociolinguística afirmada pelos dois entrevistados acima se interpreta uma outra situação importante para considerarmos neste processo instaurado pela língua portuguesa, enquanto uma língua que dialoga com as demais de Angola, que é o sentimento de pertença que se tem com a língua e como se atribui a esta realidade o seu sinal diacrítico, na medida em que a língua constrói o valor da etnicidade a partir do que se fala, se ouve e se contata o mundo, a cultura e a tradição. Diz Victorino Reis:

Em Angola nós temos umas particularidades, fala-se em grupos sociolinguísticos que normalmente associa-se ao local de nascimento, que é a pertença étnica da pessoa. Eu felizmente sinto-me pertencer ao grupo étnico da localidade onde de fato nasci. Porque em termos práticos nem sempre isso corresponde; nós podemos nascer num lugar ocasionalmente (...) Eu digo que a língua portuguesa é língua oficial e língua veicular, mas nunca digo que a língua portuguesa seja língua nacional. Não é uma questão pelo fato dela ser língua de outra origem, ser língua do colonizador. Eu sou apologista da tese que é defendida por um lingüista que diz que a língua nacional é aquela que nós temos um sentimento de pertencimento ou um sentimento de posse mais marcado; independentemente dela ser uma língua oficial ou não. Então é nessa perspectiva que Angola separou-se dos conceitos de língua oficial e língua nacional. Portanto, o português eu digo sim que é a língua oficial, a língua de todos nós, mas não é a língua nacional.<sup>10</sup>

Deste lugar da interpretação que nos encontramos, consideramos que há um lugar social, político, cultural e econômico que mantém os vínculos linguísticos dos entrevistados (literatos, jornalistas, intelectuais, professores e jovens universitários) que pensam e escrevem a partir do português. Estes vínculos estão estabelecidos a partir de sua própria realidade e condição de prestígio social. Eles constroem seu mundo e o dos outros a partir das representações materiais e simbólicas propiciadas pela língua portuguesa. Esta língua de mercado e que gerencia cotidianamente as relações do e no interior Estado e partido hegemônico (MPLA), independente das etnias e das línguas tradicionais (Fonseca, 2008), que é da onde falam, pensam e sonham estes letrados d'Angola.

---

pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008, p. 84-85, mimeo.

<sup>10</sup> Entrevista concedida pelo Dr. Victorino Reis, em maio de 2008, in Fonseca, Dagoberto José. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008, p. 85, mimeo.



É em decorrência desta realidade interpretada que consideramos que este segmento social formador de opinião e construtor de relações sociais e culturais, políticas e econômicas em Angola não tem as condições de pensar o mundo através de outras línguas que não estejam alicerçadas e/ou influenciadas pela língua portuguesa. Na medida em que eles tem suas aspirações, análises, interpretações a partir desta língua social que é a do conquistador-colonizador.

Na concepção de Albert Memmi (1977), eles vivem cotidiana e psiquicamente como trânsfugas em um universo de muitas dificuldades e contradições, pois se percebem também como conquistadores e colonizadores com sua superioridade ao mesmo tempo que as negam também enquanto seres contraditórios e políticos. Eles assimilaram valores e os transmitem aos outros; respeitando as suas particularidades, eles são frutos fecundos do sistema empreendido por Portugal e pelo ocidente-europeu. Eles pensam e desejam um mundo segundo os valores culturais transmitidos pelo opressor e o mantém pela força de sua cordialidade, também construída em função de suas misturas lingüísticas, culturais e sexuais. Neste sentido, tendemos a corroborar com a tese de Memmi, quando ele afirma:

O intelectual ou o burguês progressista pode desejar que se atenuem um dia aquilo que o separa dos seus camaradas de luta; são características de classe às quais renunciaria de bom grado. Mas, não aspira seriamente a mudar de língua, de hábitos, de religião, etc... mesmo pela paz de sua consciência, mesmo pela sua segurança material (Memmi, 1977, p. 46).

Memmi considera que todo o processo de inculcação de valores metropolitanos, no contexto da conquista colonial, produziu escolas e crianças colonizadas que não pensam a sua própria cultura e história, pois com isso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social e cultural, particularmente é na língua que se manifesta este primeiro dado de perda de sentimento e de pertença étnico-cultural. Posto que

a maior parte das crianças colonizadas está na rua. E aquela que tem a insigne oportunidade de ser acolhida em uma escola, não será por ela nacionalmente salva: a memória que lhe formam não é a do seu povo. A história que lhe ensinam não é a sua (Memmi, 1977, p. 95).

Memmi (1997), Ngunga (2002), Bender (2004), Hodges (2002), Mazula (2002), Boahen (1991a, 1991 b) entre outros estudiosos ao analisarem a situação do processo

colonial e pós-colonial, mas ainda dentro do contexto neocolonial, demonstram as contradições e as dificuldades encontradas para a construção de representações e interpretações realizadas pelos letrados da cidade de Luanda, mas também de outras cidades grandes situadas na costa atlântica de Angola. Esse fator também constitui um nexo sobre as realidades do povo iletrado, posto que esse letrado nem sempre é bilíngüe, não fala e não pensa a partir da língua de sua etnia nacional, apenas usa e constrói seu universo cultural usando a língua de mercado e de prestígio. Essa que foi imposta pelo processo de conquista colonial constituiu-se a língua da terra, mas ainda não se enraizou a ponto de ser a da identidade profunda e vital, posto que ela subsiste no meio do povo simples e tradicional, oriundo do meio rural que se encontra também nas cidades litorâneas e, em especial na capital em decorrência da guerra civil.

Ainda se a língua nativa ao menos permitisse interferir na vida social, atravessasse os guichês das administrações ou funcionasse no tráfico postal. Nem isso. Toda a burocracia, toda a magistratura, toda a tecnicidade não entende e não utiliza senão a língua do colonizador, assim como os marcos da quilometragem, os cartazes das estações, as placas das ruas, os recibos, as propagandas referentes à AIDS. Munido apenas de sua língua o colonizado é um estrangeiro dentro do seu próprio país (Memmi, 1997; Fonseca, 2008). Esta realidade também se expressa em Luanda de modo vertiginoso, mesmo com o advento de cursos e disciplinas regulares para a compreensão da leitura e da escrita, como da cultura, expressas nas línguas nativas d'Angola, como o que está sendo realizado pelo curso de lingüística da Universidade Agostinho Neto da Faculdade de Letras e Ciências Sociais. No entanto, há vozes discordantes da eficácia deste procedimento, como o do Decano da Universidade Independente de Angola, o Prof. Dr. Justino Feutro da Costa Pinto de Andrade<sup>11</sup> que diz:

Eu tenho uma posição que não é muito próximo daquilo que oficialmente se diz. Eu sei que há um discurso oficial, há um discurso popular para agradar a plateia, com o qual eu não concordo. Há quem diga, quando se coloca a questão das línguas nacionais, que as populações precisam ser alfabetizadas na sua própria língua e depois então passariam para a língua portuguesa. Inclusive há quem defenda a ideia de que os próprios livros escolares devam ser produzidos em línguas nacionais.

Eu compreendo que é um esforço muito grande alguém que, por exemplo, fala

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida pelo Prof. Dr. Justino Feutro da Costa Pinto de Andrade, em junho de 2008, in Fonseca, Dagoberto José. Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008, p. 87-88, mimeo.

apenas o kimbundu, ser alfabetizada em português. Porque fala uma língua e depois vão ensinar a ler e a escrever em outra língua: há um duplo esforço. Mas, eu penso que essas populações que vivem essa dificuldade, esse dilema, são cada vez menores. O número de pessoas que é apenas falante da língua nacional é cada vez mais residual. Eu não acredito que dentro de trinta anos, por exemplo, haja quem não fale o português em Angola. Acredito que daqui a dez anos toda a gente vai falar português; o seu português, mas português.

Agora, eu acho que nós devíamos fazer o inverso: expandir a língua portuguesa e depois, ao mesmo tempo, podermos desenvolver articulação de algumas das línguas nacionais. Digo isso porque as nossas línguas nacionais são de fato muito pouco desenvolvidas. Como elas não se desenvolveram livremente e são geralmente utilizadas nos meios rurais. Elas não tiveram a possibilidade de criar um vocabulário capaz de exprimir as ideias da modernidade. Será muito difícil, por exemplo, um indivíduo ir para o campo e tentar, numa língua nacional, explicar para um camponês o que é um computador.

Dizer para um camponês, na sua língua, o que é um computador, informática, internet, embrião, clonagem, homossexualidade, biocombustíveis. Ele não vai perceber. Não é possível, ele não vai saber. Quer dizer, nós iremos criar uma mentira, iremos fazer de conta que estamos a falar em uma língua, mas, quando chegássemos ao resultado final, íamos ver que possivelmente 50% do vocabulário que nós utilizamos terá sido uma adaptação da língua portuguesa. Então se vamos fazer uma adaptação da língua portuguesa, por que não vamos fazer o inverso? Introduzir, sem restrições, a língua portuguesa nos meios rurais, e também dar a possibilidade das pessoas desses meios rurais, se quiserem, poderem aprender a escrever na sua própria língua.

Eu não acredito que nós conseguiríamos ter algum ganho substancial fazendo o inverso, porque iríamos limitar essas pessoas à utilização de apenas um nível escolar. E a cultura não se adquire apenas através dos níveis escolares, ela vai se adquirindo através de várias formas: através da música, do teatro e da literatura. Como é que nós iríamos depois introduzir nos meios rurais a literatura por meio das línguas nacionais? Quem iria fazer esse esforço e quais seriam os custos para produzir um livro em tantas e diferentes línguas do país? Numa população de cem mil iriam encontrar talvez umas duzentas pessoas. Eu penso que esta lógica que muita gente defende, de inverter as coisas, do meu ponto de vista é uma lógica que vai conduzir a ineficácia. Podemos ser muito mais eficazes se nós desenvolvermos a língua portuguesa e ao mesmo tempo pudermos criar instituições que façam estudos das línguas nacionais e que façam a sua divulgação para quem quiser.

A minha posição é esta, de que as línguas nacionais deveriam ser estudadas em institutos próprios; e quem quisesse voluntariamente iria estudar determinada língua. Vamos imaginar, por exemplo, que eu iria trabalhar no Huambo, junto as populações rurais. Então eu teria que previamente estudar as línguas para chegar lá e poder manter um contato para realizar a minha atividade. Mas para que eu tenho que estudar, para que vai me servir a língua? Para nada. Vai me servir para contatos esporádicos com algumas pessoas das aldeias. Isso não é eficaz. Mesmo a língua portuguesa gera algumas situações de ineficácia para nós, isto é, nos coloca numa situação de dificuldade com os contatos internacionais, o que fará uma língua nacional?

A minha posição é de que nós devíamos caminhar com três eixos: com o português, com o francês e com o inglês, deveríamos ser trilingües. Isso já a partir da escola. As escolas em Angola deveriam ensinar desde a primeira classe essas três línguas. Porque nós temos contato ao sul e a leste com países que falam inglês, norte e leste com países que falam francês; estamos inseridos na SADC, que é fundamentalmente anglófona; estamos também inseridos na África Central, que é fundamentalmente francófona.

Além disso, estamos inseridos no mundo e as elites angolanas deveriam ser portadoras de três línguas. E quando digo isso é porque devemos procurar com o próprio ensino potencializar a formação de indivíduos cada vez mais para termos quadros. Isto é, se nós começássemos a introduzir o francês, o português e o inglês, desde o primeiro nível da escola até a universidade, os quadros angolanos aos vinte ou vinte e cinco anos eram trilingues bons. E naturalmente, pela origem do país, quem quisesse aprender uma ou outra língua nacional, então que aprendesse. Essa posição é a minha, não é a da maioria das pessoas. Sei perfeitamente que a posição da maioria é outra.

Como se pode apreender a perspectiva de Justino Pinto de Andrade está relacionada com uma visão pragmática da língua, enquanto sinal diacrítico e cultural da sociedade angolana, mas que esta pertença identitária tem que ser promotora do desenvolvimento tecnológico. Para ele, as línguas nativas angolanas não são definitivamente sinalizações concretas que levaram o país, a juventude e a infância para um futuro promissor. Deste ponto de vista, as línguas nativas são elementos do arcaísmo cultural angolano, posto que o futuro está vinculado com as línguas francesa e inglesa para esta população que construirá o país. Assim, nem mesmo o português é uma língua que devemos colocar todas as fichas para o alcance do desenvolvimento e das relações internacionais de Angola, tanto com a SADEC que tem a língua inglesa e as comunidades da África central que tem o francês como a língua diplomática e as relações políticas e comerciais.

Desta maneira, Justino Pinto de Andrade considera uma perda de tempo e um descolar-se da realidade efetiva do país, investir em línguas que estão fadadas ao atraso. Ele interpreta a língua como vetor fundamental para a inserção de Angola no mundo globalizado e com o acesso às tecnologias de comunicação e informação e, neste particular esta inserção se faz com a língua inglesa. Porém, considera de modo paradoxal que elas podem ser mantidas por instituições públicas e por pesquisadores que interessem por elas, mas não como um investimento massivo para tal.

Inocência Mata (2007) em efetiva discordância com a visão de Justino Pinto de Andrade afirma pautada, inclusive pelo contexto da guerra civil angolana, que em função da língua portuguesa milhões de pessoas de diferentes etnias angolanas estejam alijadas da cidadania pelo fato de não se comunicarem em português. E neste sentido, ela diz:

Deve caber, pois, ao Estado, supostamente preocupado com a cultura nacional ou o exercício da cidadania, trabalhar (e não apenas através de discursos) para reverter essa situação de exclusão da cidadania de falantes de outras línguas que cada vez se vêm tornando cada vez mais periféricas e folclóricas ... Já Boubacar

Diarra, técnico da UNESCO que nos anos 80<sup>12</sup> trabalhou no Instituto de Línguas Nacionais, falava da extinção gradual da língua kimbundu... (Mata, 2007, p. 158).

Ou seja, o que se depreende da afirmação de Inocência da Mata é que o Estado Angolano e os diversos estados africanos não estão trabalhando para defenderem efetivamente as línguas nativas de milhões de indivíduos em decorrência de diversos fatores, sobretudo os de ordem política e econômica. Consideramos que há fatores de cunho étnico-social que envolve as populações que estiveram na fronteira cultural, material e simbólica com os portugueses ao longo de um largo período de tempo. Todavia, a afirmação de Inocência Mata também nos conduz a interpretarmos que o Estado Angolano não responde a contento as disposições da Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, mesmo considerando os noticiários diários transmitidos pela TPA (Televisão Popular de Angola) que emitem informações nas 6 principais línguas do país, mas todas elas pautadas pela língua portuguesa. Esta interpretação tem a sua confirmação quando depreendemos da própria da Mata a afirmação de que

Eleita como “língua oficial” no próprio acto da proclamação da independência no dia 11 de novembro de 1975, o português seria nos anos 80, segundo dados do Ministério da Educação, língua materna de 11% da população, para, no dealbar do século XXI, se tornar língua materna de 21% da população – língua coexistente (mas não creio que convivente) com outras línguas faladas no território angolano, bantu e não bantu. Sem receio de qualquer rótulo (como o de ser politicamente incorrecta), direi que, então, não foi iniciado um trabalho sério e desideologizado conducente a assegurar “a promoção, o respeito e o uso social e privado” (Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, Introdução) das línguas faladas no território angolano, disposições necessárias à garantia de universalismo, igualdade e harmonia (Mata, 2007, p. 154).

É Memmi em franco diálogo conosco, com outros autores e nossos entrevistados que diz frente à afirmação acima de Justino Pinto de Andrade, que diz:

No contexto colonial o bilingüismo é necessário. É a condição de toda comunicação, de toda cultura e de todo progresso. Mas o bilíngüe colonial só se salva do enclausuramento para sofrer uma catástrofe cultural, jamais completamente superada. (...) A não coincidência entre a língua materna e a língua cultural não é exclusiva do colonizado. Mas o bilingüismo colonial não pode ser confundido com qualquer dualismo lingüístico. A posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. Ora, aqui os dois universos simbolizados, carregados

---

<sup>12</sup> Enfatizamos que é na década de 1980.

pelas duas línguas, estão em conflito: são os do colonizador e do colonizado (Memmi, 1977, p. 97).

Como dissemos também em artigo anterior (Fonseca, 2008, p. 50):

A metrópole é mantida pelo colonizado, sobretudo aquele que vive no ambiente urbano, particularmente nas capitais africanas. O bilingüismo é um traço do colonialismo que permanece e que se tornou parte da identidade do colonizado.

Neste particular, Inocência Mata (2007, p. 158) considera que

A questão lingüística tem vindo a ser abordada com demasiados mal-entendidos e preconceitos, numa muito nefasta promiscuidade discursiva, em que discurso cultural, científico, ideológico e político se digladiam contaminados por interesses de classe, grupamento étnico e rácico e estratégias político-culturais.

Para Bender (2004), no entanto, há que se fazer uma revisão no processo de assimilação dos valores, costumes, práticas e da língua portuguesa em Angola, sobretudo porque a língua portuguesa jamais foi tratada pelos portugueses, no período que se manteve a conquista colonial, como a língua da igualdade social, mas tão somente a do intercâmbio, a do prestígio, a da assimilação e da sobrevivência para garantir um melhor trabalho.

Neste ponto de inflexão de Bender (2004), podemos interpretar que o português continua sendo um termômetro social do processo de ascensão e de distanciamento de enormes contingentes populacionais que não dominam a escrita e língua oficial portuguesa. Assim, na concepção de Bender, *“o sistema colonial português dominou os africanos nos sectores rural e africano sem os absorver; esgotou completamente os africanos sem jamais os ter integrado plenamente no sistema”* (Bender, 2004, p. 356).

Consideramos em artigo anterior, que

a tese de Bender é que a assimilação não ocorreu de fato na população angolana até porque não havia total interesse dos portugueses que os africanos, particularmente angolanos e moçambicanos, aprendessem e assimilassem a sua cultura e, neste sentido, a própria língua, inclusive pelo fato de que os portugueses nunca ultrapassaram a uma população de 5%, por exemplo, em Angola, tendo também em números absolutos uma singela minoria na realidade moçambicana, durante o período de conquista colonial (Fonseca, 2008, p. 51).

Neste contexto, o próprio General Galvão de Melo afirmou em 1975 que *“pouco aproveitamos da África e a África pouco aproveitou de nós. O povo português e o povo*

*africano permaneceram desconhecidos um do outro: estrangeiros” (Melo, apud Bender, 2004, p. 357).*

A língua do conquistador tornou-se por adesão e por necessidade um dos elementos de sobrevivência e de resistência que marcaram e reconstruíram a identidade sociocultural das populações residentes nas capitais coloniais africanas. Essa dinâmica identitária forjada em decorrência do contato mais latente entre os nativos e os conquistadores e, ainda, com os seus descendentes europeus nessas capitais africanas propiciou, também o uso estratégico das línguas europeias para o engajamento no jogo das nações e do mundo que se globaliza nos estertores da guerra fria existente entre Washington e Moscou (Ki-Zerbo, 2006). Se de um lado, a língua do conquistador foi usada, enquanto estratégia política pelos dirigentes independentistas e pelos Estados africanos nas décadas de 1960 e 1970 com o nítido objetivo de ampliar as suas fronteiras dialogais, comerciais e políticas. De outro lado, o uso dessas línguas também veio a acarretar prejuízos identitários, sociais e subjetivos para a grande massa populacional e para os próprios estadistas nativos.

A língua é difusora de cultura, de construção de conhecimento, de sonhos, de angústias que não encontram mais o mesmo sentido de antes. A língua forma o espectro mais amplo da constituição do conhecimento de si e do outro. Neste sentido diz Memmi:

A língua materna é nutrida por suas sensações, suas paixões e pelos seus sonhos, aquela pela qual se exprimem sua ternura e seus espantos, aquela enfim que contém a maior carga efetiva, essa é precisamente a menos valorizada. Não possui dignidade alguma no país ou no concerto dos povos (Memmi, 1977, p. 97).

O que se interpreta é que os letrados africanos, em especial seus dirigentes políticos, em sua maioria constituíram ao longo do tempo um novo ethos, um novo habitus a despeito de sua etnia tradicional. Este ethos e habitus novos foram forjados nas relações sociais e étnico-linguísticas que tiveram com os portugueses, sobretudo com o fato de serem concebidos como indígenas juridicamente, segundo o estatuto do indigenato luso, “*em critérios culturais e não raciais*” (Bender, 2004, p. 252), mas a sua aplicação também era racial, pois se baseava fundamentalmente na cor da pele.

A diversidade étnica e lingüística está alicerçada na ordem racial, nesse sentido a cor da pele também propicia a desigualdade social, segundo Bender (2004). No entanto, o debate sobre o racismo ainda é embrionário em Angola, particularmente em Luanda;

muito em função da introdução da ideologia do luso-tropicalismo<sup>13</sup> difundido pelos portugueses a partir da tese de Gilberto Freyre sobre a miscigenação e a mestiçagem lusa no Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Angola, sendo em menor escala em Guiné-Bissau.<sup>14</sup>

A língua, a etnia, a raça e a cor da pele são fatores que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, portanto impossibilitando relações sociais isonômicas, democráticas e de desenvolvimento sociais sustentados, também entre negros e brancos, e incluindo as diferenças existentes quando se estabelece marcadores sociais entre mulatos e cabritos na sociedade angolana. Em suma, a língua portuguesa em conjunto com outras categorias, fatores e variáveis se traduz em um poderoso e violento mecanismo sociocultural e político-econômico de segregação da maioria da população nativa de Angola.

---

<sup>13</sup> Ver Thomaz, Omar R. *Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa*. In: Trânsitos coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 45-70 e, ainda, Bender, 2004.

<sup>14</sup> Não nos deteremos na abordagem do luso-tropicalismo em Angola, nem no processo de miscigenação e de mestiçagem aquém em Guiné-Bissau do que nas outras posses conquistadas por Portugal no continente africano por considerarmos que, no momento fugiríamos dos objetivos e do foco deste relatório.



## Referências bibliográficas

ABRANCHES, José Mena (Org.). **Angola em paz: novos desafios**. Luanda: Maianga, 2005.

BENDER, Gerald J. **Angola sob o domínio português – mito e realidade**. Luanda, Col. Ensaio - 21, 2004.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: **A África sob dominação colonial, 1880-1935**. Org. Albert Adu Boahen. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, História Geral da África, vol. VII, 1991a, p. 25-41.

\_\_\_\_\_. O colonialismo na África: impacto e significação. **A África sob dominação colonial, 1880-1935**. Org. Albert Adu Boahen. São Paulo/Paris: Ática/UNESCO, História Geral da África, vol. VII, 1991b, p. 787-811.

FONSECA, Dagoberto José. **Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal**. Relatório científico de pós-doutoramento. UNICAMP, Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais na Educação. Supervisão Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão, 2008.

\_\_\_\_\_. Angola, Moçambique e Brasil: línguas, identidades e relações étnicas – desafios e interpretações. In: **Convivência na diversidade: cultura, educação e mídia**. Org. Clodoaldo M. Cardoso. Bauru: Cultura Acadêmica, UNESP/FAAC, 2008, pp. 41-60.

FRY, Peter. Apresentação. In: **Moçambique**. Org. Peter Fry. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, pp. 13-20.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais. Principia, 2002.

INSTITUTO DE GEODESIA E CARTOGRAFIA DE ANGOLA. Mapa Etnolinguístico de Angola (adaptado) apud Fernandes, J.; Ntondo, Z. **Angola: Povos e Línguas**, Luanda: Editorial Nzila, 2002.

Disponível em: Lewis, M. Paul (ed.), 2009. **Ethnologue: Languages of the World**, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International. Online version: <<http://www.ethnologue.com>> Disponível em: 09/05/2012.

JORGE, Manuel. **Para compreender Angola - da política à economia**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MATTA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. Luanda: Nzila, 2007.

MAZULA, Brasão. Paz e democracia desafiantes. In: MAZULA, Brasão (Org.). **Moçambique: 10 anos de paz**. Maputo. Imprensa Universitária, 2002, p. 17-34.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NGUNGA, Armindo. Papel da língua na manutenção da paz. In: MAZULA, Brasão (Org.). **Moçambique: 10 anos de paz**. Maputo. Imprensa Universitária, 2002, p. 3-15.

Revista Angola Hoje. Publicação da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Março/Junho, 2003, pp. 18-21.

Thomaz, Omar R. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: **Trânsitos coloniais** – diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 45-70.